

REDE DE APOIO ÀS ESCOLAS

A Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC-MEC) vem desenvolvendo um amplo programa de financiamento da reforma do ensino médio, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED). Este programa contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deverá estar em implementação no final deste ano. O financiamento baseia-se num “cardápio” de ações a serem desenvolvidas pelas Secretarias de Educação, dentre as quais se inclui a criação de redes de apoio às escolas.

O principal objetivo proposto para a constituição dessas redes é criar condições para que os profissionais e as escolas se ajudem mutuamente, através da divulgação e da troca de experiências inovadoras e afins às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, contribuindo para que cada unidade escolar construa seu projeto pedagógico próprio. Essa rede de ajuda e troca de experiências deverá propiciar aos profissionais e às escolas a superação das dificuldades e dos desafios postos pela nova concepção curricular do ensino médio, cuja concretização não é simples, mas necessária. Princípios como interdisciplinaridade, contextualização, aprendizagem por competências, embora não sejam novos do ponto de vista conceitual, ainda são novidade do ponto de vista da efetiva prática escolar. Sem desmerecer o trabalho sério e dedicado de milhares de professores por todo o Brasil, nosso ensino, infelizmente, ainda guarda muitas características negativas, a serem superadas, tais como o autoritarismo das práticas didáticas, centradas no professor; a fragmentação do conhecimento escolar; e a falta de sentido - para os alunos - de muitos dos conteúdos ensinados.

Longe de nós querer culpar o professor por esses problemas. Muito mais do que algoz, o professor é vítima. Se a prática escolar é autoritária, é porque todos fomos formados numa escola autoritária. Se a visão de conhecimento que transmitimos aos alunos é fragmentada, é porque nossa formação foi fragmentada. Se os conteúdos não fazem sentido para o aluno, é porque muitas vezes também não fazem sentido para nós, seja porque aprendemos mal, seja porque não tivemos tempo ou dinheiro para nos atualizarmos, seja porque os conteúdos eram listados por alguém, sem que pudéssemos participar.

Por essas razões, o sucesso dessa reforma depende de cada professor, de seu envolvimento e de sua experiência. A criação de redes de apoio às escolas, baseadas

nos próprios professores e diretores, tem, assim, outros objetivos. Por um lado, é uma forma de valorizar os profissionais da educação, levando em conta sua capacidade e a vivência concreta dos problemas enfrentados cotidianamente em sala de aula. Por outro lado, é uma forma de se investir na autoformação desses profissionais, enquanto categoria.

Por autoformação não se deve entender que o Ministério da Educação esteja abrindo mão de seus deveres, mas sim que ele está reconhecendo e acreditando na efetiva competência profissional de cada professor. De nada adianta oferecer aos professores “cursos de capacitação” ministrados por sábios ilustres, se esses conhecimentos estão distantes das reais e concretas necessidades do professor que leciona no ensino médio. Também de nada adianta reunir os professores numa sala e despejar conteúdos, fazendo com eles o que não se deseja que eles façam com seus alunos. Por isso, entendemos, a função do Ministério, como das Secretarias de Educação, não é simplesmente oferecer cursos de “treinamento”, “capacitação” ou “atualização”, mas conceber estratégias e coordenar ações que propiciem o surgimento de oportunidades de desenvolvimento profissional, centrados no próprio professor, enquanto protagonista do processo pedagógico. Isso não significa negar radicalmente o valor de tais cursos, nem dizer que eles não devam existir. O que estamos propondo é ir um pouco além, criando condições para que o próprio professor se desenvolva profissionalmente, de forma autônoma.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é muito clara, quando prevê uma educação baseada no princípio da autonomia. O exercício da autonomia pelos alunos, pelos professores, pelas escolas e pelos sistemas de ensino, que somos chamados a construir, é condição para a consolidação de nossa democracia. A democracia não se pode simplesmente ensinar. Para que se desenvolva, é preciso vivenciá-la.

A estratégia de constituição das redes de apoio às escolas é muito simples. Primeiramente, devem ser identificados professores de ensino médio que estejam desenvolvendo trabalhos interessantes e inovadores. Por interessante e inovador entendemos o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos; o uso de metodologias de ensino e de formas de avaliação que estimulem a participação autônoma dos alunos; o emprego de novas tecnologias, seja a informática, seja os meios de comunicação; a utilização produtiva – do ponto de vista pedagógico - de laboratórios de ciências, da biblioteca escolar ou mesmo do livro didático; o desenvolvimento de projetos de preservação do ambiente natural ou do patrimônio artístico-cultural; etc..

Além dos professores, as redes de apoio às escolas devem ser formadas também por diretores que igualmente tenham se destacado na condução do processo de gestão escolar. Incluem-se aí aqueles diretores capazes de construir uma relação de trabalho positiva e democrática, propiciadora do desenvolvimento dos projetos escolares, estimulando a participação de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, sem esquecer os pais e demais membros da comunidade extra-escolar.

Cabe a cada Secretaria de Educação inventar as formas de identificar esses profissionais: mediante concursos a prêmios, seminários ou simples convocação. Há muitos professores em nossas escolas que estão desenvolvendo trabalhos interessantíssimos e de qualidade e que gostariam de uma oportunidade para mostrá-los aos outros. Por isso, cremos, não será difícil obter respostas positivas dos professores. O que precisamos fazer é, antes de tudo, dar-lhes a oportunidade de expor seus trabalhos.

Um aspecto fundamental na constituição das redes de apoio às escolas é que elas não devem ser tomadas como parte de uma estrutura burocratizada e centralizada. Isso implica dizer que não devem ser confundidas com um órgão a mais na Secretaria de Educação, que venha, por um lado, onerar os cofres públicos, mediante a criação de novos cargos, e, por outro lado, afastar o grupo de profissionais ali envolvido da realidade cotidiana da escola. O que se espera é construir uma estrutura descentralizada e quase informal. A única formalidade desejável é que o professor na escola seja capaz de localizar a rede e recorrer a ela, quando necessário. Por isso, ela poderá tomar como referência algum órgão já existente, dispondo de espaço para reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho.

Para que não perca jamais o vínculo da rede com as escolas, entendemos que os professores que dela participem permaneçam com parte de sua carga horária em sala de aula, para que continuem a desenvolver seus trabalhos e projetos. Caberá à Secretaria de Educação disponibilizar parte dessa carga para o trabalho de apoio a outras escolas. Esses professores poderiam desenvolver o trabalho por um ano ou dois, no máximo, quando, então, seriam substituídos por outros colegas de outras escolas, escolhidos pelos mesmos critérios.

Desse modo, assegura-se que a rede não se burocratize, nem o professor que a integra se transforme num membro permanente, afastando-se progressivamente da prática e da realidade escolar. A idéia é exatamente preservar o contato permanente com a escola e com a experimentação didática. Daí, a importância de o professor permanecer com parte da carga horária em sala de aula e de se fazer uma atualização

dos membros da rede, para dar oportunidade a outros de participarem e para colher novas experiências.

Uma vez constituído o grupo, a Secretaria deverá planejar qual a extensão de sua atuação. Uma rede pode apoiar de cinco a dez escolas próximas, não mais do que isso. Não adianta quereremos fazer tudo de uma vez. Melhor é começar por um grupo pequeno de escolas e ir aperfeiçoando a estratégia, antes de passar a outros grupos. Se vamos errar no princípio - e é natural que erremos -, melhor errar com um grupo menor.

Outro aspecto importante é que a atuação da rede deve se dar nas próprias escolas que ela apoiar. Ou seja, pouco adianta retirar o professor de sua escola para tomar parte em programas de desenvolvimento profissional. O ideal é que esses programas sejam desenvolvidos na própria escola, isto é, no ambiente específico, para que o grupo que atua na rede possa verificar *in loco* os problemas e dificuldades reais enfrentados pela comunidade escolar. Dessa forma, o apoio será muito mais efetivo e concreto, atendendo diretamente às necessidades. Enfim, trata-se de “pôr os pés no chão” e não retirá-los jamais - a não ser que seja para caminhar.

Em suma, estamos dando início a um longo processo de implementação da reforma do ensino médio e, para isso, estamos concebendo algumas estratégias novas que façam frente ao desafio. Entendendo-se que a proposta curricular e também a concepção de educação e de gestão do sistema educacional previstas na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é algo novo, pensamos que as estratégias para tornar concretas as disposições legais também devam ser inovadoras. Nesse sentido, retomamos o que dissemos acima a respeito do princípio democrático da autonomia. Só se educa para a autonomia mediante o exercício da própria autonomia. Isso parece óbvio, mas precisa ser reafirmado. É responsabilidade de quem lida com políticas públicas em educação estar atento para a necessária coerência entre os princípios e fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos previstos para os currículos e as estratégias de administração da educação pública. Isso significa dizer que os fundamentos estéticos, políticos e éticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais não são apenas palavras bonitas para enfeitar papel, devendo estar presentes em nossa prática cotidiana como educadores e gestores do processo educacional.

Brasília, junho de 1999.

Prof. Avelino Romero Simões Pereira
Coordenador-Geral